

Panorama Político

Tereza Cruvinel
■ DE BRASÍLIA



CPI abre o leque

Orçamento

Depois de uma semana de fogo intenso sobre o deputado Ibsen Pinheiro, e portanto sobre o PMDB, os membros da CPI da lama do Orçamento decidiram diversificar seus alvos, para deter as críticas a uma aparente "partidarização" das denúncias.

Começaram abrindo as contas do governador Joaquim Roriz, que ontem encaminhou ao senador Jarbas Passarinho justificativas para o alto movimento de suas contas. Hoje e amanhã, ao inquirir os deputados José Geraldo e Genebaldo Correia, o relator Roberto Magalhães fará uso de outras descobertas da subcomissão de bancos. Ele torce para que não sejam publicadas antes, quebrando o elemento surpresa. De qualquer forma, até sábado, quando depõe o deputado Manoel Moreira, quem continua no banco é o PMDB. Na semana que vem, com os depoimentos de

Fábio Raunheitti e Feres Nader (PPR) e de Sérgio Guerra (PSB) e José Carlos Vasconcelos (PRN), é que o leque vai se abrir.

As contas destes últimos, entretanto, não foram ainda vasculhadas. Nenhum membro da CPI consegue explicar com clareza qual é o critério que orienta as investigações bancárias. Eles dizem que chegaram a Ibsen Pinheiro porque examinavam as contas de Genebaldo Correia e ali encontraram cheques a favor de Ibsen. Não explicam, porém, por que passaram depois às contas de Joaquim Roriz, sendo que há outros dois governadores na lista dos investigados. A diversificação das investigações vinha sendo cobrada pelo senador Jarbas Passarinho e pelo relator Roberto Magalhães, incomodados com o velado critério político que parece ter prevalecido até aqui.

Quem está examinando as contas bancárias do deputado Ibsen Pinheiro, para contraditar os dados da CPI da máfia do Orçamento, é o advogado e tributarista Yves Gandra Martins. Ibsen queria os trabalhos de seu colega Luiz Roberto Ponte, que preferiu indicar Yves Gandra.

Casquinhas

A intensa movimentação partidária das últimas horas não ficou restrita às conversas entre o PMDB e o PSDB. Também em nome da unidade dos social-democratas, caciques tucanos almoçaram ontem com o ex-prefeito pedetista Jaime Lerner. Além de Tasso Jereissati, sentaram-se à mesa o líder José Serra, o governador Ciro Gomes e o senador José Richa, paranaense como Lerner. Por ora, não passou de um chope. Co-

mo sempre faz em ocasiões como esta, Lerner disse que acha oportuno levar a conversa ao governador Brizola.

O senador Pedro Simon, que na véspera jantara com seus colegas de PMDB Antônio Britto, Luiz Henrique e Odacir Klein, ontem teve encontros separados com os tucanos Ciro e Tasso. Mas ontem ninguém mais falava em fusão. A palavra-chave era aproximação. O que deve significar coligação em 94.

Heresia

Entre as versões não oficiais que circulam no Congresso para explicar os depósitos feitos na conta do deputado Ibsen Pinheiro em fevereiro de 1989, surgiu ontem a versão de que seriam para a campanha presidencial do deputado Ulysses Guimarães. Talvez porque campanha, naquele ano, só houve a presi-

dencial.

Seria irônico demais, dizem os amigos de Ulysses, que o mesmo grupo que fez corpo mole para sua candidatura em 1989, e que depois lhe trou também a presidência da Câmara e do PMDB, tenha ainda ficado com as sobras das contribuições à sua campanha.

Coincidência

Do ramo

A história de que os recursos financeiros do deputado Ibsen Pinheiro não justificados por seu patrimônio sejam sobras de campanha não convence ninguém na CPI.

A coincidência que todos notam é entre a data de um grande depósito — junho de 1989 — e a votação do "jumbo", ocorrida um mês antes.

O "jumbo" foi um monumental pedido de suplementação orçamentária feita pelo Governo, no qual alguns congressistas penduraram muitas emendas, destinando ou ampliando verbas para obras de interesse deles. As empresas fizeram a festa.

O deputado Moroni Torgan, ex-delegado federal, e seu colega Robson Tuma, filho do ex-diretor da Polícia Federal Romeu Tuma, são agora os elos de ligação entre a CPI da máfia do Orçamento e a PF.

Escolha do senador Jarbas Passarinho. Ontem eles passaram o dia lá, e voltaram com a mala cheia. Colheram informações preciosas sobre a atuação de lobistas e as conexões entre o esquema do Orçamento, o esquema PC e outros focos de corrupção no Poder Executivo. De quebra, tiveram uma boa conversa com José Carlos Alves dos Santos.

Agora vai?

Agora que a revisão constitucional já tem regimento aprovado, começa o prazo para a apresentação de emendas. Uma tendência já parece clara para as lideranças. A de que a revisão seja bem mais restrita do que o previsto. Qua-

tra está sendo avaliada: a de que as teses liberais tenham perdido força, principalmente no PMDB, depois da eclosão do escândalo do Orçamento, que atingiu pessoas importantes do partido, com elas identificadas.

■ DE VASSA — A CPI da máfia do Orçamento vacilou e não pediu até hoje a quebra do sigilo telefônico dos envolvidos. Só foi escândalo no início, a quebra do sigilo do deputado João Alves e da empresa de intermediação de verbas terão o movimento telefônico vassourado. Ligações frequentes de empresas sideradas serão forte de vínculo.

■ CAIU — A pres-

são arterial do senador José Paulo Bissolati resolveu acalmar ontem o pique das investigações. Subiu as alturas. Depois de medicado, ele passou a tarde, recobrindo a seu gabinete.

■ UM LUXO — O

prédio que está sendo construído em Brasília para o STJ tem mesmo que ser caro. Só o gabinete tem 600 metros quadrados, banheiros elevar, privativos. Vidros importados e muito granito imperial.

■ CADE — Com a

ajuda do PMDB, o

PSDB vem finalizando

quele projeto enviado

ao Congresso pelo presidente Itamar

Francisco, propõendo a

reincorporação, ape-

lada os servidores, se-

mitidos na reforma

administrativa do

Governo Collor. Um

ministro Fernando Henr-

ique, que na época

não gostou na época

da ideia.